



INTERNACIONAL

Ano VI nº 220 07.02.2007

ÍNDICE

O que ameaça nossos empregos ?	01
CUT- Retomada das negociações na OMC	02
A globalização que desemprega	03
Metalúrgicos mobilizam-se na EADS	05
FITIM pede que Motorola aja	06

O que ameaça nossos empregos ?

São muitos os fatores que ameaçam nossos empregos no momento atual. Transcrevemos abaixo a carta enviada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, onde são mostrados alguns desses perigos que podem ser resumidos numa palavra : a globalização.

A CUT externa suas justas preocupações sobre a possibilidade de concessões brasileiras na questão das tarifas industriais nas conversações atuais da Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio.

Mas existem outros fatores além das tarifas também ameaçam nossos empregos, como aponta o texto de Sabina Lorenzi. Entre eles a valorização do real e também um fator estreitamente relacionado – a taxa de juros . E como bem expressou o nosso ministro do Trabalho, Luís Marinho, " o Banco Central está bobeando. Bobeou o ano passado e está bobeando agora novamente em desacelerar o ritmo de redução dos juros. Isso propiciou essa valorização do real".

Outro fator encontra-se nas condições internas dos países que concorrem no mercado internacional. Isso se exprime, por exemplo, nos baixos salários e na falta de direitos dos trabalhadores na China ou na manutenção desvalorizada da moeda do país, como faz a Argentina.

Mais uma ameaça encontra-se na voracidade empresarial . Um recente exemplo disso encontra-se nas tentativas da Volks de fechar sua fabrica em São Bernardo alegando dificuldades econômicas. Entretanto o seu balanço de 2006 indicou um faturamento líquido de R\$ 17,3 bilhões. O montante é 7% superior ao acumulado em 2005, de R\$ 16,1 bilhões, e **resulta do crescimento de 15% das vendas no mercado doméstico no ano passado**. Apenas a luta dos trabalhadores – uma resistência tenaz de mais de 10 anos - pôde garantir a manutenção da fabrica, ainda que com perda de empregos.

A incompetência empresarial também é uma ameaça. Podemos exemplificar com a Airbus que pretende demitir 10 mil trabalhadores alegando prejuízos . Isso contrasta fortemente com sua concorrente, a Boeing, que está ampliando sua força de trabalho . As duas empresas enfrentam os mesmos problemas da aviação comercial e as mesmas oportunidades (ou quase as mesmas) da aviação militar. Entretanto é contrastante a situação das duas empresas.

Diante de tantas ameaças existe um único remédio : a mobilização dos trabalhadores .

CUT - Retomada das negociações na OMC

Carta enviada pela CUT ao Embaixador Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores, "para expressar suas preocupações com a veiculação pela imprensa de que o governo brasileiro concordaria em aumentar as concessões tarifárias para os produtos não agrícolas, principalmente os industriais, visando obter um acordo na atual rodada de negociações na OMC".

São Paulo, 06 de fevereiro de 2007

Exmo. Sr.

Embaixador Celso Amorim

Ministro de Relações Exteriores

Prezado Senhor Ministro

Novamente a Central Única dos Trabalhadores – CUT, dirige-se a V. Excia. para expressar suas preocupações com a veiculação pela imprensa de que o governo brasileiro concordaria em aumentar as concessões tarifárias para os produtos não agrícolas, principalmente os industriais, visando obter um acordo na atual rodada de negociações na OMC.

A imprensa nacional e internacional noticiou (nos dias 30 e 31 de janeiro) que os Estados Unidos e a União Européia estariam acenando com possíveis novos cortes nos subsídios agrícolas e pressionando o G.20, principalmente países como a Índia e o Brasil, a aceitar um corte de cerca de 64% na alíquota média de importação de produtos industrializados, com a aplicação de coeficientes 15 e 20% da fórmula suíça, para poder conseguir um acordo no âmbito da OMC. No caso do Brasil, segundo as simulações da OMC, isto poderia significar a redução da alíquota média de 29,8%, para um índice entre 11% e 12,8%. Também foi aventada a possibilidade do Brasil aceitar participar das negociações setoriais e que o G20 teria concordado em ampliar as concessões em serviços, para poder acelerar as negociações.

Além disso, segundo a imprensa, V. Excia teria aventado a hipótese de aumentar a oferta tarifária industrial e de criar benefícios compensatórios para segmentos da indústria nacional que fossem mais afetados pela nova redução de tarifas. No dia 02 passado a Agencia-Brasil estampou um pronunciamento de V.Excia desmentindo os percentuais veiculados, mas afirmando que "o Brasil está disposto a cortar tarifas para a entrada de bens industriais desde que os Estados Unidos reduzam o apoio financeiro concedido pelo governo aos seus agricultores e que a União Européia melhore a oferta de acesso a mercados para produtos agrícolas dos países em desenvolvimento."

Ao mesmo tempo, a Argentina, a África do Sul, a Índia e a Venezuela – importantes parceiros do Brasil no cenário internacional – declararam que não aceitam as ofertas de abertura na área agrícola que estão sendo feitas pelos países ricos dentro da Rodada Doha. E o Secretário de Relações Econômicas Internacionais do Ministério de Relações Exteriores da Argentina, disse que esse país não pretende assinar qualquer acordo nas bases dadas até agora e mostra surpresa com uma nova oferta brasileira, lembrando que mudanças na tarifa industrial brasileira têm que ser acordadas antes com os outros sócios do bloco.

Deixando de lado os exageros da imprensa, e nos pautando apenas pela entrevista de V.Excia. à Agencia Brasil, ficamos preocupados do governo do Presidente Lula recuar da posição de resistência que tem ostentado na negociações da OMC. Posição que foi fundamental para a criação do G 20, instrumento que marca uma grande diferença com a rodada do Uruguay, quando os países em desenvolvimento tiveram que aceitar um acordo onde perderam muito e ganharam pouco nos setores de seu maior interesse.

O governo brasileiro tem se somado às críticas a um modelo de globalização que pratica um comércio injusto, onde os países mais ricos exigem a eliminação de tarifas nas áreas de seu interesse e, ao mesmo tempo, restringem a entrada, em seus mercados, de produtos de maior interesse para os países em desenvolvimento.

Um modelo sem reciprocidade, que reforça o controle dos países mais ricos sobre a tecnologia e os investimentos e inviabiliza a sobrevivência da indústria nos países periféricos. Essa é a denúncia que o Presidente Lula tem feito, na luta contra a pobreza e a desigualdade.

Como, então, aceitar uma proposta em que não há reciprocidade? onde os países mais ricos reduzirão em menos de 30% suas tarifas e os países em desenvolvimento terão que cortar 60%?

Segundo a Unctad, em todas as propostas colocadas na mesa de negociação da OMC até agora, os países em desenvolvimento enfrentarão proporcionalmente o maior aumento de importações e os maiores ajustes na produção industrial, perda de empregos e maior perda de renda tarifária.

Temos argumentado, e apresentado dados, que uma nova abertura tarifária industrial resultará em aumento do desemprego e maior precarização do mercado de trabalho. O Brasil já viveu isso nos anos 90, quando a abertura da indústria gerou enormes perdas na ocupação industrial, sem que houvesse correspondente geração de novos empregos em outras áreas. Segundo estudo recente da Profa. Vivianne Ventura-Dias, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Latin American Trade Network (Latn), a abertura comercial brasileira, praticada entre 1991 e 1997, teria aumentado a produtividade e a qualificação da mão de obra, mas não teria elevado a oferta de emprego. Importações de bens de consumo e de bens intermediários explicariam 89% dos empregos industriais eliminados no período. E, no entanto, não vemos questões de tal gravidade como estas serem levadas em conta pelos negociadores na formulação das ofertas brasileiras.

Por outro lado, senhor Ministro, além, de não concordarmos que se sacrifique a indústria e o setor de serviços no Brasil, como contrapartida para a redução dos subsídios na agricultura, as ofertas de maiores cortes de subsídios, feitas por altos funcionários dos Estados Unidos e da União Européia, são incertas e improváveis. No primeiro caso, trata-se de uma proposta do governo Bush que tem que ser aprovada por um Congresso que majoritariamente está na oposição e, no caso europeu, não há consenso e nem autorização para a mudança.

Lamentamos ter fundamentado nossas preocupações em fontes jornalísticas, mas como nunca recebemos nenhum informe sobre a posição oficial brasileira na OMC, não dispomos de outro recurso para analisar o processo.

Temos insistido na importância da transparência da participação brasileira nas negociações externas e na necessidade de que o governo consulte sistematicamente os setores empresariais, sindicais e sociais sobre essas negociações. Tem sido assim com relação ao Mercosul, deveria ser também em relação à OMC.

As reduções das tarifas devem ter em conta o nível de desenvolvimento de cada país e as políticas nacionais. Cada país deve ter flexibilidade para escolher a fórmula que melhor corresponda aos seus interesses.

Além dos países menos desenvolvidos, também os países em desenvolvimento, devem estar isentos de reduções tarifárias posteriores. Da mesma forma, as margens de flexibilidade devem ser garantidas aos países menos desenvolvidos e aos países em desenvolvimento.

Não se pode ceder mais do que já foi oferecido na rodada anterior nas negociações de NAMA. Uma negociação comercial multilateral não pode comprometer o direito, dos países em desenvolvimento, a promover uma política industrial com garantia da oferta de empregos de qualidade para todos. Um princípio que V.Excia tem repetido constatemente e que reafirmou quando esteve no 9o. Congresso da CUT, ano passado.

Para prosseguir negociando esse tema o governo deveria contar com estudos de impacto e uma forte interlocução com a sociedade civil, notadamente com os setores sociais que se veriam afetados em seus níveis de vida e suas condições de trabalho.

Neste sentido, voltamos a solicitar que este Ministério organize, o mais breve possível, uma reunião entre as diferentes áreas governamentais que participam das negociações da OMC e as organizações sindicais, empresariais e sociais.

Artur Henrique da Silva Santos
Presidente

João Antônio Felício
Secretario de Relações Internacionais

A globalização que desemprega

Sabrina Lorenzi

A euforia das exportações e dos importados baratos silencia o massacre de empregos no Brasil produzido pela globalização. Os segmentos da indústria mais frágeis à abertura de mercado fecharam cerca de 250 mil vagas nos últimos quatro anos, em análise que não considera as perdas da indústria de móveis por falta de estatísticas. Já os ramos beneficiados diretamente pelo acesso ao mercado externo geraram 47 mil empregos no mesmo período, de acordo com levantamento produzido pelo IBGE a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trabalhadores das fábricas de vestuário, calçados, do setor têxtil e de máquinas e equipamentos perderam a vaga para chineses, indianos, argentinos e operários de países do Leste Europeu. Sem limite de horas trabalhadas, 13º salário, aposentadoria nem regras de segurança do trabalho, países asiáticos oferecem mão-de-obra até quatro vezes mais barata que no Brasil.

A indústria de sapatos e roupas deixou 200 mil brasileiros na rua desde 2002, ano do início da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (Pimes). Fabricantes de máquinas e equipamentos passaram a cortar postos de trabalho no ano passado, afetados pelo salto de importações de bens de capital, e, mais recentemente, pela emigração de fábricas brasileiras para o exterior. O mesmo fenômeno abala empregos em vários outros setores que têm transferido a produção para países vizinhos como Argentina e Uruguai.

- Temos que tomar cuidado para exportar produtos e não empregos - reclama o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Paulo Tigre. - Petróleo e minério não dão mão-de-obra.

Forte produtora de calçados, carnes e móveis, a indústria gaúcha é a mais afetada pela exportação de empregos. Perdeu 14,5% dos empregos nos últimos dois anos, como calcula o IBGE. Neste período, cinco dos 10 Estados pesquisados demitiram mais do que contrataram.

Representantes da indústria, empresários e economistas ouvidos por este jornal confirmam que os brasileiros desviaram investimentos do país para a Argentina, Uruguai, China, Leste Europeu, Índia e México. Em vez de exportador de produtos, o país tem se tornando exportador de empregos.

É lamentável ter que produzir lá fora, mas estamos fazendo experiência na Argentina - admite Paulo Picaddily, diretor comercial da empresa de calçados que leva seu sobrenome. - A moeda deles é mais favorável a exportações e o custo de produção do sapato é de 20% a 25% menor. Existe infelizmente a probabilidade de crescermos lá em vez de aqui. A empresa, até então, não precisou demitir funcionários, mas optou por dar férias coletivas neste mês.

Emprego, uma equação que não fecha

A equação de empregos no mundo globalizado não fecha. Se, por um lado, os setores industriais intensivos em mão-de-obra encontram-se no negativo, com parcelas de mercado cada vez mais subtraídas pela concorrência de produtos chineses, as atuais vedetes brasileiras da globalização somam um número cada vez menor de novas vagas. Na prática, os dividendos produzidos por setores como o extrativo mineral, siderúrgico, automotivo e de celulose não têm compensado a perda de empregos em segmentos como o têxtil e calçadista.

Na prática, segundo o IBGE, minério de ferro e petróleo respondem só por 2,1% dos empregados de toda a indústria. A metalurgia, favorecida pelos bons ventos do aço, um setor cujos investimentos estrangeiros não páram de crescer, responde por 3% da mão-de-obra.

Intensivos em mão-de-obra, os perdedores da competição com estrangeiros são responsáveis por mais de um terço dos empregos da indústria brasileira. Mesmo depois de quatro anos de perdas, vestuário e calçados ainda respondem por 15% das vagas. O segmento de máquinas e equipamentos detém 6,5% da parcela de empregos do setor fabril. Móveis e têxteis absorvem 10% da mão-de-obra.

Ao todo, o setor industrial emprega 5,3 milhões de pessoas, praticamente o mesmo número indicado na última Pesquisa Industrial Anual do IBGE, de 2004.

No Brasil, um operário custa dois chineses ou quatro trabalhadores da Índia

O custo de um operário no Brasil equivale a dois na China, de acordo com levantamento da Mercer Consultoria. Por um brasileiro, têm-se quatro indianos, considerando-se salários, encargos e benefícios - que não existem na Ásia. O custo da mão-de-obra não especializada na Argentina é, em média, 54% inferior à nossa. A Mercer mostra que quanto menos especializado, com menos instrução, maior a discrepância entre salários no mundo.

- Não podemos pagar benefícios aos nossos funcionários nesses países para não desequilibrar o mercado; não podemos mudar práticas deles - conta a gerente de Recursos Humanos da área internacional da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Maria Eudóxia Gurgel. Trabalhadores das economias asiáticas que mais crescem não contam com pagamento de abono de férias. Só em Hong Kong há 13º salário. Em compensação, o tigre asiático não exige pagamento de seguridade social. Japoneses só podem descansar de sete a 14 dias e meio por ano. No Japão, o tempo de férias varia de acordo com a hierarquia do cargo. Em Taiwan, o descanso dura só 14 dos 365 dias. Na China, são concedidos, em média, só 18 dias de folga.

O executivo da Picadilly reclama da concorrência desleal com os chineses.

- É tudo made in China. Já teve importação de sapato por US\$ 0,25, com trabalho praticamente escravo. Lá, eles trabalham 14, 15 horas por dia. Dormitórios onde se colocaria dois, tem oito pessoas - narra o empresário, que viajou ao país asiático para conhecer as fábricas de lá. Relatos parecidos com o do empresário mostram por que a pobreza persiste no país que cresce a dois dígitos.

Há inúmeras empresas que por necessidade têm se internacionalizado - disse o vice-presidente da Associação Brasileira de Exportadores (AEB), José Augusto de Castro. - O Brasil não está oferecendo proteção necessária para que empresas brasileiras fiquem aqui. A taxa de câmbio tem criado uma cultura de investimentos no exterior, convidativa principalmente para produtores de carnes, que têm comprado frigoríficos no Uruguai e na Argentina. (*Jornal do Brasil, 005.02.2007*)

Metalúrgicos mobilizam-se na EADS

O IG Metall realiza grandes protestos em quatro cidades. Os sindicatos franceses preparam-se para a batalha.

O anúncio da Airbus/EADS de que cortará 10 mil empregos em sua reestruturação encontrou os sindicatos metalúrgicos da Alemanha, França, Espanha e Grã Bretanha prontos para a luta

No último dia 2 de fevereiro, cerca de 10 mil membros do IG Metall organizaram protestos em Hamburgo, Bremen, Varel e Laubheim num esforço para garantir seus empregos e fábricas na Airbus.

Ao mesmo tempo, cinco sindicatos metalúrgicos franceses – a Fédération Générale des Mines et de la Métallurgie - FGMM-CFDT; a Fédération Confédérée "Force Ouvrière" de la Métallurgie – FO; a Fédération des Travailleurs de la Métallurgie – CGT ; a Fédération Nationale CFTC des Syndicats de la Métallurgie et Parties Similaires e a CFTD Airbus France emitiram uma declaração pública conjunta chamando o presidente Jacques Chirac a lutar pelos empregos da Airbus na França e a emprestar uma total solidariedade aos trabalhadores durante o processo de reestruturação.

A Airbus é controlada pela EADS (European Aeronautics Defence and Space) que sofreu fortes perdas este ano, ao contrário de sua competidora, a Boeing, que apresentou um recorde de vendas de aviões em 2006. De acordo com alguns informes a reestruturação pretendida pode levar ao fechamento de 7 das 16 fábricas que a empresa controla na Europa.

A Federação europeia de Sindicatos juntamente com seus afiliados europeus está produzindo uma plataforma comum de reivindicações com vistas a salvar empregos e plantas da Airbus.

"A FITIM apóia as suas afiliadas europeias na luta pela garantia do emprego e para garantir que a Airbus respeite as suas responsabilidades sociais quanto aos seus empregados", disse Marcello Malentacchi, secretário geral da FITIM.

FITIM pede que Motorola aja

A Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM) está chamando a Motorola International a tomar uma atitude quanto às violações dos direitos trabalhistas em seu fornecedor chinês Hivac Startech Film Window.

Uma reportagem investigativa publicada pelo Students & Scholars Against Corporate Misbehaviour – SACOM (Estudantes e Acadêmicos contra o Mau Comportamento Corporativo), em agosto de 2006, mostrou as rudes violações na fábrica da Hivac Startech em Shenzhen, China. A Hivac Startech é subcontratada da Motorola produzindo lentes de acrílico para dois dos telefones celulares da empresa.

Entre outras violações dos direitos, nove trabalhadores foram envenenados com n-hexano devido a falha da empresa em fornecer ventilação apropriada. Três dos nove trabalhadores envenenados ainda estão no hospital, segundo SACOM.

SACOM, a FITIM e outras ongs estão exigindo que a Motorola aprimore seu código de conduta e reforce as condições de trabalho de seus fornecedores para evitar a ocorrência de novos envenenamentos ou outras violações sérias dos direitos trabalhistas.

A resposta da Motorola foi de cortar encomendas, ao invés de convencer a Hivac a estabelecer eficientes procedimentos no local de trabalho e de colaborar com ongs independentes para garantir para todos os fornecedores da Motorola um treinamento sobre os direitos trabalhistas.

A queda das encomendas trouxe um efeito devastador sobre os trabalhadores, resultando em dispensas em massa de cerca de metade da força de trabalho.

“Mudar de um fornecedor para outro para evitar tratar de questões de violações de direitos humanos e trabalhistas no nível do fornecedor está em contradição direta com o que representa ter um código de conduta”, disse Marcello Malentacchi, secretário geral da FITIM. “A Motorola não deve dar as costas aos trabalhadores da Hivac”.

Premiada página do NUMSA

A página do sindicato foi escolhida uma das dez melhores de 2007.

A Página Sindical do Ano, um concurso patrocinado por LabourStar, é uma competição anual onde sindicalistas do mundo inteiro votam online para escolher o melhor página sindical do ano. É a única competição de seu tipo, atingindo a comunidade global online, em 17 línguas.

Votaram, neste ano, 7.866 internautas e a página do NUMSA recebeu 206 votos, colocando-se entre os dez melhores – pela primeira vez três páginas foram do mundo em desenvolvimento e três da Grã Bretanha.

“A lista inclui algumas das melhores páginas sindicais do mundo e todas merecem uma boa olhada”, disse Eric Lee, editor do LabourStart e organizador da competição.

LabourStar é um serviço de notícias online mantido por uma rede mundial de voluntários que pretende servir o movimento sindical internacional coletando e difundindo informação e também assessorando os sindicatos em campanhas online e outras atividades

Seus recursos incluem notícias sindicais diárias em 17 línguas e um serviço de notícias utilizado por mais de 630 páginas sindicais no mundo inteiro. As notícias são coletadas de grandes jornais, páginas sindicais e de jornais alternativos por uma rede de cerca de 350 correspondentes voluntários. Para ver a página do NUMSA acesse : www.numsa.org.za

Brasil Metal internacional é o boletim informativo sobre as questões internacionais que afetam os metalúrgicos brasileiros. Ele é produzido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT

Secretário Geral : Valter Sanches

internacional@cnmcut.org.br